

"Governo firme e solidário"

por Cecília Pires
de Brasília

"Houve um ato de coragem e de decisão do presidente Sarney em favor do povo brasileiro. Isto não vai criar nenhum problema para o País. Saberemos enfrentar esta situação sem recessão, continuaremos conversando com os credores, para que não exista retaliação. A decisão foi de muita sabedoria e deve ter o apoio de todo o povo brasileiro."

Neste breve relato, o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, deu a tônica da reunião do Conselho de Segurança Nacional e da solidariedade que uniu a equipe de governo em torno do presidente Sarney para a decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa por prazo indeterminado, enquanto se processam as negociações com os credores internacionais.

"O governo está firme, seguro e solidário", endossou o ministro da Saúde, Roberto Santos, confirmando a unidade, abalada durante a semana, com as críticas que partiram do PMDB e do PFL à política econômica de governo e que a postura brasileira com relação à dívida externa acabou por conquistar.

Foi a primeira reunião do Conselho de Segurança Nacional no governo Sarney. Participaram os 26 ministros, incluindo ainda os titulares do Estado-Maior das Forças Armadas, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e, pela primeira vez na história do Conselho, o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, o presidente em exercício do Senado, senador José Ignácio Ferreira, e o presidente do Su-

premo Tribunal Federal, ministro José Carlos Moreira Alves.

De acordo com um assessor do Conselho de Segurança Nacional, a última vez que ele se reuniu foi em julho de 1979, apenas três meses depois que o presidente João Baptista Figueiredo assumiu o cargo. Outra reunião, do mesmo conselho, em 1983, para discutir a mudança da política salarial por exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI) é considerada até hoje pelo CSN como uma reunião ministerial de rotina e não consta da relação de encontros do órgão.

A reunião do Conselho Político do governo foi realizada pouco mais de uma hora depois da reunião do CSN e contou com os ministros da Justiça, Paulo Brossard, do Gabinete Civil, Marco Maciel, com o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, com o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, o líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, alegando compromissos pessoais em São Paulo, não compareceu.

A mesma tônica de unidade em torno do presidente e solidariedade às medidas tomadas permeou a reunião do Conselho Político, segundo relato dos presentes. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, que poucos dias antes, em discurso no plenário da Constituinte, criticara duramente a possibilidade de o governo vir a adotar a suspensão do pagamento dos juros da dívida, também mudou radicalmente de tom.

"Está em jogo o interesse da Nação e, enquanto isso acontece, há a união de todos em torno do presidente. Podemos discordar, às vezes, no varejo", admitiu o deputado, referindo-se às críticas de seu partido à forma como o governo vinha conduzindo a política econômica. "Sempre que estão em jogo assuntos de importância fundamental para o País, nós jamais faltamos ao presidente. Nestes casos, é da tradição de todas as nações que até a oposição passe a apoiar o governo. E nós somos da Aliança Democrática. Nossa solidariedade ao presidente é total", concluiu.

O líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli, concordou com Lourenço. "Trata-se de algo que está acima e além dos partidos, de ser governo ou de ser oposição." Para o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, a

decisão trouxe "imediate coesão especialmente para o PMDB, facilitando a coesão de todas as correntes inclusive para outras questões, como o acordo que fechamos com o grupo pró-soberania".

A solidariedade estendeu-se também às medidas no campo interno, anunciadas pelo presidente durante a reunião do Conselho Político. Entre elas, o governo dispõe-se, durante seis meses, a gastar estritamente o volume de sua arrecadação. As estatais só poderão fazer gastos com o total previsto em orçamento, e o presidente vai enviar um projeto ao Congresso propondo uma nova política de subsídios, onde os parlamentares vão definir a distribuição destes recursos entre os produtos que considerarem essenciais.

Com essas medidas, acredita o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, que o País vai conseguir manter um crescimento de 6 a 7%, tocar a economia a pleno vapor e manter o nível de emprego. O deputado não acredita em retaliações contra o Brasil, mas aposta no inverso. "O País tem poder de retaliação, pois é a 8ª economia do mundo e é for-

necedor importante de matérias-primas", defende.

Para o líder Carlos Sant'Anna, a medida constituiu "uma espécie de moratória informal, porque não é uma decisão unilateral. A suspensão dura enquanto durarem os entendimentos para um bom acordo. É uma suspensão como medida cautelar, para evitar uma moratória por inadiplência, pois, agora, temos US\$ 4 bilhões em caixa", afirmou.

O líder do PFL no Senado, segundo relato do repórter Edson Beú, analisou a medida no âmbito internacional, pregando que ela significa "uma mudança em todo o sistema de relações comerciais internacionais. Vale para o Brasil hoje como vai valer para os países do terceiro Mundo, amanhã. Entendo esta decisão como a mais importante desde que se fixou em Breton Woods o acordo de 1946, que estabeleceu o dólar como padrão de relação comercial internacional. A propor limitar as condições de pagamento à situação efetiva dos países devedores, o Brasil impõe uma mudança nas relações entre os países ricos e pobres", concluiu o senador.